

**ENAN
PUR** 2023

Belém 22 a 26 de maio



Desenvolvimento Sustentável com financiamento-BIRD: apontamentos sobre o Programa Água Legal- SABESP, as relações entre os agentes executores e a população no processo de alteração do acesso à água através da regularização para os territórios vulneráveis em São Paulo

OLIVEIRA, Ana Claudia Lopes Chagas
Estácio
ROSA, Elaine Ferreira
UFF ABC

Sessão Temática 02: Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional

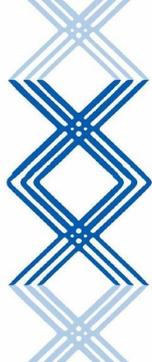
Resumo: *O desvendamento da realidade que permeia a implementação das Políticas Públicas no Brasil, através da execução padronizada que vem se estabelecendo com o financiamento a partir de organismos financiadores como o BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, será demonstrada através do estudo realizado no Programa de Saneamento Sustentável- Água Legal, executado na cidade de São Paulo, considerando as principais estratégias utilizadas pelo Capital para a manutenção da ordem social. Pretende-se levantar a reflexão sobre a priorização de ações que se voltem a proteção do meio-ambiente, na busca pela efetivação da Agenda 2030, abordando questões como a mercantilização da natureza, o perfil populacional que se busca alcançar, as ações desenvolvidas que requerem intervenções do Assistente Social e as estratégias utilizadas nos processos de comunicação e adesão para com a população residente nas áreas consideradas de alta vulnerabilidade social.*

Palavras-chave: *Desenvolvimento Sustentável; Meio-Ambiente; Pobreza; Serviço Social.*

Sustainable Development with IBRD financing: notes on the Legal Water Program - SABESP, the relations between the executing agents and the population in the process of changing access to water through regularization to vulnerable territories in São Paulo.

Abstract: The unveiling of the reality that permeates the implementation of Public Policies in Brazil, through the standardized implementation that has been established with financing from funding agencies such as the IBRD - International Bank for Reconstruction and Development, will be demonstrated through the study carried out in the Sustainable Sanitation Program - Legal Water, executed in the city of São Paulo, considering the main strategies used by the Capital for the maintenance of social order. It is intended to raise the reflection on the prioritization of actions that turn to the protection of the environment, in the search for the implementation of the 2030 Agenda, addressing issues such as the commodification of nature, the population profile that is sought to be achieved, the actions developed that require interventions of the Social Worker and the strategies used in the processes of communication and adhering to the population living in the areas considered of high social vulnerability.

Keywords: Sustainable Development; Environment; Poverty; Social Services.



**ENAN
PUR** 2023

Belém 22 a 26 de maio



Desarrollo sostenible con financiamiento del BIRD: notas sobre el Programa Agua Legal - SABESP, las relaciones entre los agentes ejecutores y la población en el proceso de cambio de acceso al agua a través de la regularización a territorios vulnerables en São Paulo.

Resumen: La develación de la realidad que permea la implementación de Políticas Públicas en Brasil, a través de la implementación estandarizada que se ha establecido con financiamiento de agencias de financiamiento como el BIRF - Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento, se demostrará a través del estudio realizado en el Programa de Saneamiento Sostenible - Agua Legal, ejecutado en la ciudad de São Paulo, considerando las principales estrategias utilizadas por la Capital para el mantenimiento del orden social. Se pretende plantear la reflexión sobre la priorización de acciones que giran en torno a la protección del medio ambiente, en la búsqueda de la implementación de la Agenda 2030, abordando temas como la mercantilización de la naturaleza, el perfil poblacional que se busca alcanzar, las acciones desarrolladas que requieren intervenciones del Trabajador Social y las estrategias utilizadas en los procesos de comunicación y adhesión a la población que vive en las áreas consideradas de alta vulnerabilidad social.

Palavras Clave: Desarrollo Sostenible; Medio ambiente; Pobreza; Servicios Sociales.

1 Introdução

Nos debates mundiais sobre sustentabilidade, os países signatários da ONU - Organização das Nações Unidas, passaram a ter um aporte nas propostas de como incorporar estratégias e políticas públicas que pretendessem alcançar o desenvolvimento e a diminuição das vulnerabilidades, termo este encontrado em vários documentos institucionais, e que neste estudo será trabalhado no sentido de pobreza relativa e absoluta, enquanto categoria de análise e não diretamente no contexto permeado de ideologia que se apresentavam nos debates mencionados.

O Brasil, país que assumira uma postura desenvolvimentista, em seus governos, incorporou este novo ideário social e econômico, estipulando várias formas de se relacionar com o grande capital e executar as tarefas, passando a desenvolver as ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nas áreas caracterizadas em maior condição de vulnerabilidade, que popularmente são conhecidas, como favelas, que estão diretamente associadas com a baixa concentração de renda, desemprego e falta de planejamento urbano, com pouca ou nenhuma condição de saneamento básico.

Na cidade de São Paulo, as condições para ampliação das acomodações para moradia, se intensificaram, devido os processos da urbanização provocados pela grande procura da capital como cidade sede do trabalho, apresentando inúmeros impactos relacionados à qualidade e condições de vida da população, dada que a realidade provocada pela necessidade de organização para as moradias, o que também desencadeou o crescimento populacional de forma desorganizada, principalmente nas regiões de maior incidência de trabalhadores, como foi o caso dos bairros mais afastados do centro, que foram gerando as primeiras evidências de favelização.

O problema da pesquisa é analisar e compreender como as atividades que são desenvolvidas com o financiamento BIRD, utilizam de estratégias do Capital para manutenção da ordem societária na utilização subjetiva dos discursos ideológicos impressos nas estratégias de controle dos trabalhos realizados pelos assistentes sociais em mediação junto à população pobre quando no acompanhamento dos serviços de saneamento que receberam recursos internacionais para o desenvolvimento social do Programa Água Legal, em São Paulo.

Ao considerar as vulnerabilidades que estão vinculadas aos territórios citados, é importante demonstrar que é justamente nas novas favelas que se encontram as situações de maior precariedade e maior risco ambiental. Associado ao avanço populacional e a ocupação destas áreas, os impactos ambientais mais comuns estão em: supressão de vegetação nativa, construções de moradias sobre córregos e em margens de rios, sob regiões demográficas que apresentam riscos de erosões e deslizamento de terras, e acúmulo de lixo, entulhos e restos de obras, condição decorrente de que o acesso à serviços públicos, como o de coleta de lixos nem sempre contemplam as regiões.

A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, é um plano de ação para o planeta, para as pessoas e para a prosperidade. Traz o objetivo de fortalecer a paz universal com mais liberdade. Sendo que o maior desafio que apresenta, está em de forma global estabelecer a erradicação da extrema pobreza e para tanto é preciso atingir o desenvolvimento sustentável.

Elementos que serão abordados durante o desenvolvimento desse trabalho.

2 Do Programa de Desenvolvimento Sustentável ao Financiamento do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Nesse contexto, o programa de desenvolvimento sustentável trás junto a política de saneamento, com maior atenção voltada para o ODS 6 - que busca assegurar o acesso a água potável e saneamento para todas e todos, recomendando sobre a universalização e ainda formas da diminuição de perdas. Foi se firmando e estabeleceu como um importante cenário, para que as ofensivas desenvolvimentistas, alinhadas a expansão do capital ocorressem, através das privatizações, encontrando nas empresas de saneamento seus grandes alvos, como afirma SWYNGEDOUW (2004):

[...] a água se tornou uma das áreas centrais de teste para a implementação de políticas neoliberais globais e nacionais. A privatização da produção e distribuição de serviços de saneamento, particularmente os sistemas urbanos de abastecimento de água, se tornou uma arena importante em que empresas capitalistas globais operam em busca de crescimento econômico e lucro. (SWYNGEDOUW, 2004, p.1).

Nesse viés, as condições garantidas do governo brasileiro, foram efetivando o capital e ainda avançando no combate de suas crises cíclicas econômicas, voltando-se a atender o desenvolvimentismo e assim assegurar também as condições teóricas, ideológicas e econômicas que estavam vinculadas ao processo.

Em São Paulo, através do financiamento do BIRD- Banco Internacional Para a Reconstrução e Desenvolvimento, que a aplicabilidade dessas estratégias pode ser mais observada, onde, o Governo do Estado e a Empresa de Saneamento - Companhia Estadual de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), passaram a abrir grandes frentes de obras e intervenções em áreas consideradas de Alta Vulnerabilidade Social¹.

A execução, em si, tem atendido os direcionamentos das políticas neoliberais que determinam hegemonicamente as condições do capital financeiro para a empresa estadual, possibilitando a crença de desenvolvimento, através de financiamento e privatizações, tornando-se o modelo das gestões públicas, como caracteriza Montaño e Duriguetto (2011):

Nessa conjuntura, vem obtendo sucesso entre diversos setores da sociedade um ideário que defende o surgimento de um suposto novo-desenvolvimentismo brasileiro, que traria consigo uma nova etapa de crescimento e avanço para o país. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 303).

O investimento político-ideológico está extremamente vinculado as classes econômicas mais baixas, os sujeitos que são considerados “pobres”, isto sem nenhum aporte ao debate de Classes, somente apontando que dentre as estratégias ao desenvolvimento, a via estaria na busca por fazer com que estes acreditem na “mudança de atitudes”, primeiramente individuais e assim construir as coletivas, apresentando-se que seriam nestas mudanças subjetivas, **voltadas ao comportamento** (grifo nosso), sem propor alterações nas mudanças estruturais da

¹ A caracterização do território como de Alta Vulnerabilidade Social, tem aporte nas elaborações realizadas pelo Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo.

sociedade, ou na política e economia, que estaria a *mística* para a alteração da realidade social vivenciada, assim enfrentando as expressões da questão social e chegando ao objeto de manutenção dos lucros.

Considerando que os desenvolvimentos dos trabalhos envolvem a parcela da população que está sujeita a ser “conquistada”, para aderir a ideia de desenvolvimento e acesso aos direitos, direciona-se que o profissional de Serviço Social, pode ter os instrumentos e a instrumentalidade mais eficazes para realizar os atendimentos e interlocuções nos territórios, intensificando assim a efetividade do ideário desenvolvimentista, com “responsabilidade socioambiental”.

Condições que são atreladas às empresas, construtoras e consórcios que queiram participar dos processos licitatórios, para a prestação do serviço, com características públicas e desenvolvimento privado.

As aproximações das autoras com o objeto proposto neste projeto de pesquisa ocorreu após a inserção de uma das pesquisadoras no espaço de atuação profissional, enquanto coordenadora do setor socioambiental, entre os anos de 2020 a 2022, em um dos Consórcios licenciados pela SABESP, para a prestação de serviços terceirizados, do tipo Performance², atendendo as cidades de São Paulo, Santo André e Mauá, para, a execução e implantação do Programa de Saneamento Sustentável – Água Legal, este que é voltado para a regularização de água nas áreas de alta vulnerabilidade social, bem como a diminuição das perdas nas regiões de ocupações irregulares. Financiado exclusivamente com recursos do BIRD.

Bem como a outra autora é Coordenadora do Setor de Pesquisa, Gerenciamento e Projetos da empresa responsável por realizar a pesquisa inicial que fundamenta a execução dos trabalhos de saneamento sustentável em São Paulo.

A junção das experiências e perturbações quando a evidência da proposta de trabalho dessa política pública foram primordiais para pensar o quanto está vislumbrado um trabalho que altera a realidade urbana de parte considerável de uma população, de forma hiperverticalizada, sem se ater as questões próprias de cada território e populações. Trabalhar as ideias de como o diagnóstico foi desenhado, até chegar às estratégias e ações, principalmente ao que se refere no contexto do desenvolvimento do trabalho social, é o que direcionou a pesquisa.

Através desse campo, foi possível observar as diretrizes para o Trabalho Social estabelecido de forma generalista, sem considerar as condições próprias de cada território, a qual o Banco determinava a forma e em que contextos a Política Pública irá se desenvolver, via os documentos MGSA- Marco de Gestão Socioambiental e PGSA- Plano de Gestão Socioambiental.

2.1 São Paulo e o “desenvolvimento” - suas favelas: crescimento populacional, privações, vulnerabilidades, riscos e a sobrevivência.

Na cidade de São Paulo, as condições para ampliação das acomodações para moradia, se intensificaram por volta dos anos 40, com as primeiras evidências de favelização. Conforme aponta em seu trabalho, a autora Taschner (2001), classifica

² Performance é a prestação de serviços realizadas pelas empresas licitadas que necessitam comprovar capital financeiro para a execução das atividades do Programa, que somente receberão os valores estabelecidos no contrato, mediante comprovação dos trabalhos realizados, dentro do prazo estipulado.

as primeiras informações sobre aglomerados subnormais ³ foram identificados da seguinte forma:

Em São Paulo, julga-se que as primeiras favelas apareceram na década de 40. O Diário de São Paulo (1/10/1950) relata uma pesquisa feita pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura de São Paulo (hoje extinta) sobre a favela do Oratório, na Mooca, zona leste de São Paulo. Ali moravam 245 pessoas em moradias de tábuas, **com apenas 6 vasos sanitários para uso de todos** (TASCHNER, 2001, grifo nosso).

Percebe-se que no estudo, desde a fase inicial das favelas, as condições para o saneamento, já traziam as características de não contemplar as necessidades totais dos recursos que a população necessitaria, situação que permanece no contexto atual, principalmente com a aceleração e intensificação dos processos de desenvolvimento urbano. Ao considerar as vulnerabilidades que estão vinculadas aos territórios citados, é importante demonstrar que é justamente nas novas favelas que se encontram as situações de maior precariedade e maior risco ambiental.

Associado ao avanço populacional e a ocupação destas áreas, os impactos ambientais mais comuns estão em: supressão de vegetação nativa, construções de moradias sobre córregos e em margens de rios, sub-regiões demográficas que apresentam riscos de erosões e deslizamento de terras, e acúmulo de lixo, entulhos e restos de obras, condição decorrente de que o acesso à serviços públicos, como o de coleta de lixos nem sempre contemplam as regiões.

A cidade de São Paulo traz em sua representação social, uma construção do espaço que abarcou no Brasil a representação da “capital do trabalho”, um polo que concentrou as grandes migrações populacionais, tanto internacionais quanto nacionais. A ideia que provocou esse deslocamento gira em torno de neste local, dispor de diversas oportunidades de trabalho, emprego e meios de se desenvolver economicamente. Na lógica do sistema capitalista, que desde seu início demarca uma sociedade de disputa e luta, ter um local que proporcionasse formas de “enriquecer”, foi o bastante para aquelas pessoas que buscavam “ter condições melhores de vida”.

No decorrer do avanço desta “sociedade do trabalho”, foram se construindo espaços para receber esses operários, que passaram a ter nesse território, suas novas fontes de renda, sobrevivência e ampliação de seus grupos familiares. As condições econômicas não proporcionavam a aquisição de habitações em centros urbanizados, que tiveram suas construções projetadas, com adequação de serviço e estruturadas, logo, essa população precisou estar em algum lugar, sendo geradas assim as favelas.

A palavra favela se origina, ao que parece, em um arbusto comum na região de Canudos, chamado favela. Os soldados do exército brasileiro, voltando da luta com Antônio Conselheiro e seus adeptos, não tinham lugar onde morar no Rio de Janeiro. Vão ocupar o Morro da Providência, onde se

³ Aglomerado subnormal é a forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. (IBGE, 2019).

instalaram em barracos como o arbusto favela nos morros da região de Canudos. Daí o nome para este tipo de assentamento. (ABREU, 1994, p. 35 apud PASTERNAK, 2006, p. 179).

É importante entender o contexto destes espaços urbanos para assim, buscar formas de intervir, e assim não correndo o risco de cometer erros, não ignorar nenhum grupo social, não desconhecer nenhum segmento espacial, nenhuma forma de morar.

Na cidade de São Paulo, próximo de 11% da população reside neste tipo de assentamento (VALLADARES, 2005, p. 13 apud PASTERNAK, 2006). Nesses espaços, considerasse que é um *hábitat de sobrevivência*, simplificado ao extremo, arquitetura sem arquitetos, que monta seu espaço como consegue, partindo da construção de um abrigo precário, expressão imediata de necessidade vital, para, posteriormente, vê-lo evoluir para uma complexidade espacial e simbólica crescente, onde o acesso para atender as necessidades da população é quase inexistente. É nesta cidade, que se encontram as maiores áreas de favelas, localizadas nas Zonas Sul Zona Leste, sendo nesta última, a que contempla, a maior parte dos distritos periféricos, com população favelada, mas com proporção menor que na Zona Sul.

Desse crescimento desordenado e sem estudos adequados para a urbanização, é notório identificar que tanto a localização como o crescimento da população favelada se dão, fundamentalmente, em zonas de preservação ambiental, como em áreas de mananciais ou nas regiões montanhosas ao norte de São Paulo, o que configura sério problema de saúde pública e do meio ambiente. Outro aspecto de grande relevância é a desigualdade social é uma realidade, principalmente na metrópole paulistana, onde há em um mesmo território a dicotomia econômica de uma população extremamente rica e outra em situação de pobreza absoluta, se tornando necessárias as análises dos indicadores sociais que comprovam as condições de vida dessa população, principalmente, a que reside em áreas periféricas. Esta se evidencia carências múltiplas, sendo, acesso a equipamentos e serviços públicos; áreas de riscos ambientais; condições de habitações inadequadas; vulnerabilidade socioeconômica – e o aumento do desemprego, que foi intensificado nos últimos anos, devido o contexto atual pandêmico.

Há a necessidade de definir melhor os conceitos abordados, trabalhando as diferenças de acordo com as intensidades entre os riscos sociais e vulnerabilidade, caracterizando que o Risco se refere a uma situação de perigo determinada ou possível de acontecer ao grupo de pessoas, já a Vulnerabilidade, é o estado de fragilidade individual no enfrentamento dos problemas vivenciados.

A vulnerabilidade é resultado da exposição aos riscos, acoplada à incapacidade de enfrenta-los e de se adaptar ativamente (ALVES, 2020). Fazendo necessário citar, também, referente às privação de capacidades, elaborada por Marcia Alves (2020), onde a pessoa não tem liberdade de escolha sobre a situação que vivência, da qual, pode haver consequências fatais para suas problemáticas. Tendo em vista, que agregasse na vulnerabilidade social, porém, não na questão unicamente de renda. Havendo a heterogeneidades pessoais, onde as necessidades podem variar sob as diferenças de cada pessoa. A Diversidade ambiental, sob determinação de condições ambientais, que podem ocasionar em doenças geradas por uma infraestrutura deficiente que interfere no nível da renda.

O clima social se refere ao acesso aos serviços de educação e o nível de violências e crimes no local. Já a distribuição familiar, refere-se ao bem-estar de cada membro, sob a distribuição de renda para as necessidades individuais do grupo. Se faz importante a análise e intervenção das realidades em vulnerabilidade

sociais e socioambientais visando a sustentação na construção de planejamentos governamentais para promoção do desenvolvimento.

Sobreviver, em São Paulo, diante a segregação socioespacial que está estabelecida nas periferias, demonta que sobreVIVER é a palavra de ordem. Abaixo teceremos uma breve caracterização socioeconômica da população periférica, que reside nas favelas de São Paulo, nos territórios da Zona Leste, local de intervenção do Programa Água Legal- SABESP.

Imagem 1 – Favela Savoyzinho (Zona leste SP)



Fonte: Das autoras (2022).

Fotos caracterizando o predomínio de favelas hiperverticalizadas em São Paulo. Devido o adensamento populacional e a expansão da metrópole, os processos de verticalização também se intensificaram e em grande maioria crescem de forma desordenada, nas áreas que foram ocupadas de forma desordenada em locais que tem a predominância de construções em áreas que afetam diretamente o meio ambiente.

2.1.1 Breve perfil Socioeconômico da população periférica de São Paulo: a Zona Leste.

Dentre as características principais para a população residente das favelas, o acesso a serviços e equipamento públicos ocorre na precariedade e em sua grande

maioria de forma desproporcional da população que reside nas áreas que receberam desenvolvimento urbano.

No Mapa da Desigualdade Social de São Paulo, alguns números demonstram o perfil, quando observado a taxa populacional da cidade, no ano de 2020, cerca de 9,7% residem nas áreas de aglomerados subnormais, especificamente na Zona Leste, encontram-se 5,8% dessa população, uma taxa populacional intensa que se encontra em diversas vulnerabilidades, a população é nitidamente menos escolarizada, o que também afeta a condição para ingressar em empregos não precários. As condições de ofertas de trabalho, quando observadas para a cidade estão em média de 4,8% vagas e destinadas a Zona Leste apresentam uma média de 3,9%, condições que estão vinculadas na maioria dos casos à subempregos, que tem baixos salários e em grande maioria, destinados à baixa escolaridade. (REDE, 2022).

Em relação às categorias ocupacionais, por exemplo, as condições apontam para a homogeneidade da tipologia sócio ocupacional: as categorias presentes em todos os setores favelados formam os proletários secundário e terciário e o subproletariado. Dessa forma que se caracterizam os trabalhadores residentes nas favelas de São Paulo.

Em identificação por meio das pesquisas do Consórcio de Engenharia, através da empresa licitada pelo Banco, foi possível observar que a maioria da população desenvolve atividades que geram renda de proporções muito baixas, na Região que o Programa atende a variação de renda está entre R\$1000,00 a R\$1500,00 (Mil a Mil e Quinhentos reais), que em vários casos, não está vinculado à situação de trabalho, mas sim do recebimento de recursos oriundos de Benefícios Sociais, como o BPC- Benefício de Prestação Continuada, ou o PBF- Programa Bolsa Família.

Nesse cenário, correspondendo a Agenda 2030, que ocorreu um plano de ação que atendeu as de regularização aos serviços de prestação de água, nas favelas de São Paulo, na Zona Leste da Cidade, com o Programa Água Legal, nas áreas pertencentes à Unidade de Gerenciamento Regional (UGR) Itaquera, que faz parte da Unidade de Negócio Leste – ML pertencente a Diretoria Metropolitana da Sabesp, sendo respectivamente: Na área de Cidade Tiradentes, as comunidades Barão Carvalho do Amparo, Barão de Benfica, Olária e Guilherme de Abreu Sodré; Na região de Itaquera, Cambalacho, Jardim Eliane, Casa do Trem e Savoyzinho; e ainda na região do Arthur Alvim, a Comunidade Esperantinópolis.” (OLIVEIRA, 2021).

O Programa de Saneamento Sustentável- Água Legal, teve sua etapa de cadastro populacional, obras, execução de projetos sociais, finalizado em Junho de 2022, período em que o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento- BIRD, realizou o que é denominado de Missão BIRD, quando ocorrem as fiscalizações do trabalho realizado nas áreas que tiveram o financiamento, as figuras a seguir, demonstram como foi evidenciado para a SABESP e o BIRD.

No infográfico abaixo, apresentamos a população atendida no Programa Água Legal, Em Itaquera.

Figura 1 – Número de moradores por comunidade

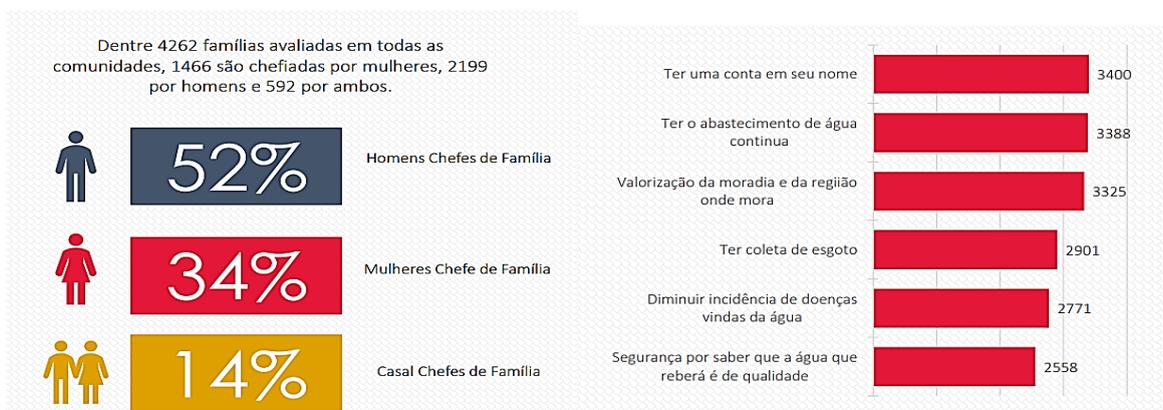


Fonte: SABESP (2022)

Na Zona Leste de São Paulo, o Programa de Saneamento Sustentável, atendeu parte dos territórios caracterizados por alta vulnerabilidade social, das 8 áreas atendidas, a Comunidade Eliane, foi a de maior intervenção com a regularização do acesso à água.

Cabe evidenciar que todas as áreas possuíam forte organização de suas lideranças, seja na organização dos moradores, seja nas referências com o poder paralelo, ambos que determinam as regras, condutas e formas de acesso ao território.

Figura 2 – Perfil chefes de família/provedores econômicos



Fonte: SABESP (2022).

Da população atendida pelo programa, a média identificada pelo cadastro realizado nas unidades habitacionais, onde cadastrou mais de 4 mil famílias, demonstrou que quase 15 mil pessoas serão atendidas, orientadas sobre consumo consciente e receberam todo o contexto ideológico atrelado as reponsabilidades individuais que estão vinculados aos benefícios da regularização de água.

Ao realizar o diagnóstico socioeconômico da população residente no território atendido, um dos interesses do BIRD, está em identificar o perfil da classe trabalhadora, que são as e os provedores econômicos, qual o nível de desenvolvimento educacional, se desta população há meios para o desenvolvimento local, ou empreendedores, dentre outras informações que resultam no perfil dos “novos consumidores” da água fornecida pela empresa SABESP.

Na imagem a cima, 34% das mulheres aparecem como provedoras do grupo familiar, enquanto que 52% correspondem aos homens, no acompanhamento da população esse cadastro passa a ser questionado, tendo em vista que muitos declaram dessa forma, por acreditar que com o nome vinculado nos comprovantes de pagamento da água, acabam sendo vinculados como os proprietários dos imóveis, ou ainda, como relatados por muitas mulheres durante a coleta de dados, que muitos maridos ou companheiros têm vergonha de não ser o responsável econômico e estás, acabam declarando que eles são os provedores, para diminuir ou não ter problemas domésticos.

A Zona Leste também recebeu vinculado ao Programa Água Legal, a Tarifa Social, condição que se vincula a toda população das comunidades beneficiarias, por se caracterizarem como população de baixa renda, visando o menor

comprometimento de renda das famílias, correspondendo ao valor que será atribuído ao consumo de água até 10M³, por um período determinado de 24 meses, posterior a isso, mesmo a população seguindo em condições de vulnerabilidade, perdem o benefício e somente passaram a estar nas condições da Tarifa, se estiverem de acordo com o estabelecido nas diretrizes da SABESP e se solicitarem o direito, no site empresa.

O desenvolvimento das atividades vinculadas ao Programa está diretamente vinculadas com o exercício de conscientização, mobilização, reconhecimento de papéis sociais de lideranças das periferias, identificação de condições territoriais e levantamento socioeconômico, para fins de estabelecer maior adesão da população beneficiária, situações que ficam sob a responsabilidade do Trabalho Social.

3 As estratégias do Banco e o Trabalho Social

O Banco Mundial atua como principal financiador concedendo empréstimo ao Governo Brasileiro, em que ao efetivar o financiamento, traz condicionalidades (exigências), sobre o que os governos dos Estados clientes devem ou não fazer em matéria de política econômica e políticas públicas em geral, está organização que a partir dos anos 2000, “intensificou” sua busca no “desenvolvimento e combate à pobreza”, algumas considerações formam apontadas por PEREIRA, sobre o contexto das financeirizações.

O Banco passou por processos de mudança incremental e alargamento institucional que aumentaram o seu tamanho e o seu mandato, tornando-a uma organização imensa e bastante complexa, muito diferente daquela acordada em Bretton Woods, em 1944. O crescimento gradativo da sua carteira de empréstimos foi acompanhado da extensão das suas áreas de atuação, que passaram a abranger, além dos setores originais de infraestrutura e energia, também política econômica, educação, saúde, habitação, administração pública, meio ambiente, desenvolvimento rural e urbano, meio ambiente, construção e reconstrução de Estados. A rigor, todas as atividades ligadas ao “desenvolvimento” são objetos da ação do Banco, o que o distingue radicalmente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e das agências especializadas das Nações Unidas. (PEREIRA, 2018).

Nesse aspecto do interesse em atuar na realidade da “questão social”, através do pensamento conservador, que dilui o econômico e social, as quais são vistas tipicamente pelo positivismo, que as atribuições do “social”, permeiam ao olhar de desenvolver os trabalhos, como algo natural, desassociado de fatores históricos e estruturais, que envolvem conflitos sociais e principalmente atrelados às condições estruturais ao qual se vinculam. Através dessa racionalidade, mistificada e fetichizada burguesa que o sistema de financeirização internacional, alinha o desenvolvimento que será entregue, nos Programas e Projetos por eles escolhidos.

O Assistente Social, para o BIRD é o profissional que será visto como o interlocutor junto à população para ofertar e garantir a adesão na proposta levada à região. Atuando com reuniões, mobilizações, visitas nas áreas, elaboração de projetos e ações sociais, identificação e diagnósticos socioterritoriais e ainda analisando os dados socioeconômicos das pessoas cadastradas, fundamentalmente para apontar os indicadores necessários à caracterização de que o desenvolvimento

esta condicionando as metas do milênio. Todo esse trabalho é evidenciados em documentos e instrumentais técnicos, relatórios mensais e apresentações de comprovações que explicitem o formato de trabalho vinculado a cada realidade social nas comunidades (nomenclatura que o Banco utiliza para as áreas de ocupação irregulares).

O exercício profissional é realizado sem nenhum aporte crítico, cumpre-se a execução e a funcionalidade para que seja “pintado o cenário” de que a população é parte do que se consolida com a garantia dos direitos ao saneamento e desenvolvimento, sendo estes “consultados” sobre quais as melhores formas e estratégias de mediar e que passaram a receber os serviços, e que mesmo em condições de e pobreza, serão agora, clientes SABESP, e logo, terão os deveres financeiros, através de tarifa social variável, para com a empresa de economia mista⁴. A SABESP vem implementando ações, nas áreas periférica de São Paulo, que podem ser caracterizadas como estratégias de territorialização das políticas neoliberais para a hegemonia do capital financeiro, que ganharam peso, desde o período do governo de Mario Covas (1994- 2001), e se intensificaram nas gestões de Geraldo Alckimin e João Dória/ Rodrigo Garcia (2011 a atual gestão), todas do PSDB- Partido da Social Democracia, partido que sempre defendeu amplamente as privatizações e desvinculação do Estado no cumprimento de seu papel regulador da “questão social”. Vale ressaltar, que estamos posicionando todo esse movimento de financeirização da empresa em detrimento que a abordagem aqui pretendida demonstra que dentro do regime de acumulação a “mundialização de capital” (CHESNAIS, 2002) e “neodesenvolvimentismo” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011), permitem realizar análises nas mediações na territorialização do saneamento. O Banco Mundial atua como principal financiador concedendo empréstimo ao Governo Brasileiro, em que ao efetivar o financiamento, traz condicionalidades (exigências), sobre o que os governos dos Estados clientes devem ou não fazer em matéria de política econômica e políticas públicas em geral, está organização que a partir dos anos 2000, “intensificou” sua busca no “desenvolvimento e combate à pobreza”, algumas considerações formam apontadas por PEREIRA, sobre o contexto das financeirizações.

O Banco passou por processos de mudança incremental e alargamento institucional que aumentaram o seu tamanho e o seu mandato, tornando-a uma organização imensa e bastante complexa, muito diferente daquela acordada em Bretton Woods, em 1944. O crescimento gradativo da sua carteira de empréstimos foi acompanhado da extensão das suas áreas de atuação, que passaram a abranger, além dos setores originais de infraestrutura e energia, também política econômica, educação, saúde, habitação, administração pública, meio ambiente, desenvolvimento rural e urbano, meio ambiente, construção e reconstrução de Estados. A rigor, todas as atividades ligadas ao “desenvolvimento” são objetos da ação do Banco, o que o distingue radicalmente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e das agências especializadas das Nações Unidas. (PEREIRA, 2018).

O Programa Saneamento Sustentável e Inclusivo tem como objetivo expandir o

⁴ A empresa de saneamento, como em nosso foco de estudo, a Companhia estadual de saneamento de São Paulo, SABESP, embora não tenha sido totalmente privatizada, tem parte do capital social, misto, ou seja, 51% controlado pelo Governo estadual, e 49% nas bolsas de valores (Bovespa e New York Stock Exchange-NYSE) (GONÇALVES e CARVALHAL, 2021).

acesso a serviços públicos regulares de água e esgoto, reduzir perdas de água nos sistemas de distribuição, ampliar a resiliência dos sistemas produtores de água na Região Metropolitana de São Paulo e, também, diminuir o aporte de cargas poluidoras na bacia hidrográfica do Guarapiranga. Financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, o programa está relacionado a temas como segurança hídrica, inclusão social, preservação ambiental e inovações técnicas e contratuais. O Manual de Operação do Programa Sustentabilidade e Inclusão Social (MOP), composto por 3 volumes, foi elaborado para atender a cláusulas contratuais previstas no Acordo de Empréstimo e constituir um marco de referência para a implementação do Programa. Do seu Volume 1, consta uma apresentação detalhada do Programa Saneamento Sustentável e Inclusivo.

Bem distante da perspectiva da sociologia francesa que aborda o conceito de vulnerabilidade e risco social, articulando-os aos processos de crise do capital que se intensificam em meados da década de 1970, em meio ao acirramento do desemprego, exclusão social e do empobrecimento generalizado de parcela significativa da classe trabalhadora.

Demonstram-se também que onde normalmente existem relações com o tráfico, ou o quarto poder, em que existem limitações e regras próprias e condutas do território, que o trabalho do assistente social se intensifica, com a responsabilidade de identificar e lidar diariamente com os “líderes”, para o êxito do programa, permitindo as obras, o trânsito na área por pessoas de fora da comunidade e visitas de gerenciantes do banco, interferindo em determinados momentos nas atividades locais.

As políticas neodesenvolvimentistas vão evidenciando e apresentando-se como o novo modelo para barrar e assegurar que cada vez menos a classe trabalhadora, se articule e reflita sobre um possível projeto societário em que se supere o formato de alienação atrelado ao capitalismo, onde cada vez mais é estabelecido o controle para além dos processos de trabalho, aqui nessa fase se imprime subjetivamente que o fato de economicamente a população não ter alcançado considerável status é um problema exclusivo do indivíduo (aqui caracteriza-se categorias como ideologia, alienado, etc.), ou ainda que estar residindo em áreas de ocupação irregular, sem a prestação de serviços essenciais e a disponibilidade de equipamentos públicos, foi uma “escolha”. E para além desse contexto, o fato da depreciação ambiental passa a ser da pessoa que não soube usar adequadamente o consumo doméstico de água.

Nesse sentido o Estado, é o principal articulador, quando de forma indireta privatiza e precariza os serviços ofertados. Observa-se então a “redefinição do papel regulador do Estado” com privatização, terceirização, ajuste fiscal, sendo sua atuação com maior viés econômico, em contrapartida o sucateamento das políticas públicas. Dando ênfase que estas seriam possíveis “alternativas”, “terceira via”, “neodesenvolvimentista” e “pós-moderna”, onde dentre as principais características estavam em apresentar ideologicamente a autorresponsabilização dos sujeitos e a des-responsabilização social do Estado na intervenção social, desonerando o capital. Como denomina Montaño, sendo esses os versos do canto do desenvolvimentismo, que seriam verdadeiros “cantos de Sereias”. (MONTAÑO, 2011, p. 297).

As ofensivas desenvolvimentistas, alinhadas a expansão do capital através das privatizações, encontraram nas empresas de saneamento seus grandes alvos, como afirma SWYNGEDOUW (2004).

[...] a água se tornou uma das áreas centrais de teste para a implementação de políticas neoliberais globais e nacionais. A privatização da produção e distribuição de serviços de saneamento, particularmente os sistemas urbanos de abastecimento de água, se tornou uma arena importante em que empresas capitalistas globais operam em busca de crescimento econômico e lucro. (SWYNGEDOUW, 2004, p.1).

Nessa perspectiva é primordial compreender o movimento do capital e do Estado que possibilita na interface de “garantias do acesso a direitos”, a perpetuação de uma sociedade amplamente exploradora, que imprime no contexto de reprodução das relações sociais, traços ideológicos da alienação, subserviência e individualização dos seres sociais.

Pensando a realidade do trabalho social nos programas financiados por organismo internacionais, bem como o viés de toda a elaboração para a atuação dos profissionais que estão envolvidos em uma conjuntura de precarização do trabalho permeada por subcontratos das empresas terceirizadas, que se dará a execução da política pública, gestando um programa que entrega a responsabilidade de desenvolvimento aos centros urbanos, atrelado ao controle e manutenção da ordem social, no Programa de Saneamento Sustentável – Água Legal da SABESP/SP.

De acordo com o Código de Ética do Serviço Social, a partir de seu processo de reconceituação que trás definições de um projeto societário comprometido com a garantia de direitos e acessos, desenhando que dentre as principais atribuições e competências estão na buscar em mediar às relações, como elaborado por Yolanda Guerra: “É a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista, sua localização na estrutura sócio-ocupacional e a sua funcionalidade na sociedade burguesa, construída no espaço de mediação entre classes e Estado, que atribui à intervenção um caráter político” (GUERRA, 2010).

No entanto, as requisições institucionais e o que o BIRD aponta enquanto cartilha para o desenvolvimento dos trabalhos configura um viés positivista funcionalista do estado,

O Assistente Social quando após o movimento de reconceituação em que as mediações vão configurando um viés da “função” que direcionado as diretrizes mais éticas e técnicas da profissão e compreendendo assim as categorias de análise em detrimento do exercício profissional mais voltadas aos interesse da classe trabalhadora, que vai se inserido no contexto da garantia de direitos, e por esse intermédio a estabelecer a “unidade contraditória”, que são parte da sociedade capitalista, que se vinculam os exercícios profissionais, como trazem os autores lamamoto e Carvalho, “Compreender a prática profissional por esse viés permite apreender as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do assistente social”, entendendo a profissão inserida na sociedade, onde o assistente social atende a interesses distintos, de classes sociais opostas. (YAZBEK, 1984 apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 75).

O suporte da teoria critica que posiciona o profissional diante dessa dicotomia para sua práxis é o ponto de crise que se estabeleceu ao compreender as ações do Banco para com a população beneficiaria pelo programa.

Abaixo algumas demonstrações do trabalho executado pela equipe do Trabalho Social, composto por uma Assistente Social, Estagiárias e Técnico de Saneamento que explicam todos os procedimentos do Programa, desde a fase de cadastro, inicia das atividades de obras, regularização da prestação dos serviços hídricos, reposição da pavimentação alterada e entrega de Projetos Sociais em cada

comunidade atendida.

Imagem 2 – Formas de apresentação do programa para a população assistida



Fonte: Das autoras (2022)

Equipe do Trabalho Social, realizando apresentação do Programa para a população beneficiária e visitando os moradores locais na apresentação do programa, nas áreas da periferia, comunicação porta a porta com a população.

Referente às atividades socioambientais, que constam como uma obrigatoriedade do BIRD, os eixos de trabalho são direcionados no Marco de Gestão Socioambiental (MGSA), entregue pela SABESP. Mesmo as realizadas sendo distintas em cada território, há que se cumprir com a entrega desses projetos, sendo limitado que a população debata ou solicite outras formas de intervenção por meio das políticas públicas que estão recebendo.

No quadro, é possível identificar os 4 eixos que formam o trabalho socioambiental, sendo: educação sanitária e ambiental, geração de trabalho e renda, fortalecimento comunitário e fortalecimento de gênero. Todos pensados e interligados no desenvolvimentismo para alcançar os indicadores correspondentes à sua execução.

Figura 3 – Atividades Sociais



Fonte: SABESP (2022).

3 Procedimentos Metodológicos

Dessa forma, será conduzindo um caminho de análise através de pesquisa bibliográfica que tem por foco aprofundar categorias que explicitem o diálogo com o objeto proposto, pois para Prates e Fernandes, as categorias “[...] podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade; ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos” (PRATES; FERNANDES, 2016, p. 117), auxiliando, assim, para compreender o objeto estudado a partir do todo articulado.

Como procedimento metodológico propõe-se inicialmente realizar pesquisa bibliográfica que busca aprofundar o processo histórico, tendo em vista que esta é a única forma de conhecer fatos e dados já publicados (MINAYO, 2012). Serão estudadas obras que tratam das questões específicas relacionadas a Teorias Políticas e as Estratégias Ideológicas na manutenção da ordem social, as condições para execução do Programas com financiamento de Bancos Internacionais e os processos de comunicação com a população quanto as suas responsabilidades na diminuição dos impactos ao meio ambiente.

A pesquisa de campo possibilitará o conhecimento da realidade através do olhar dos/as participantes da pesquisa.

No primeiro momento, será apresentado à SABESP e Gerenciadora consolidada pelo BIRD, para o acompanhamento do serviço a apresentação do estudo e assim solicitar a autorização institucional para a sua efetivação, após será realizado a identificação dos PGSA- Planos de Gestão Socioambientais, apresentados pelas terceirizadas prestadoras dos serviços, também será realizada a consulta à um percentual da população atendida com os projetos sociais, na busca de identificar a alteração do pensamento sobre o problema da água, desenvolvido pelas equipes do trabalho social

O procedimento de análise e interpretação dos dados ocorrerão a partir das categorias empíricas a partir da realização das pesquisas documentais, nos documentos norteadores para a licitação aos consórcios de performance, no MGSA- Marco de Gestão Socioambiental, nos PGSA- Planos de Gestão Socio Assistencial e ainda nos Relatórios de sustentabilidade da SABESP/SP. As

categorias do método materialismo histórico dialético, acima citadas: historicidade, totalidade, contradição, praxidade e mediação. A análise e interpretação dos dados ocorrerão a partir da fala dos participantes, pois entende-se que a interação entre pesquisador e campo e/ou participante da pesquisa será fundamental, dessa forma será possível entender o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21), o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

O referencial bibliográfico que será utilizado para a realização da pesquisa serão: Abramides (2019), Albuquerque (2015); Braz (2011), Behring (2011); Boschetti (2011); Carvalho (2013); Rockefeller (2007); Chaui (2003); Durham, (2003), Giannotti (1986); Guerra (1995), (2010), (2013); Iamamoto (2012), (2013), (2015); Lima (2013, 2015); Martinelli (2008), (2011), (2016), Meszáros (2005); Moraes (2001), Netto (2011); Pereira (2007); Santos (2004), Veloso (2011, 2017), dentre outros.

4 Considerações Finais

O presente artigo abordou a importância de intervenções para as populações periféricas, mesmo que em caráter mercantilista, como é o caso do Programa Água Legal, que irá disponibilizar água tratada e saneamento para as favelas de São Paulo. Retificando que a Água é um bem limitado e indispensável para a sobrevivência, não apenas humana, mas universal na terra.

Quanto aos trabalhos sociais, para o Serviço Social, os temas voltados à sustentabilidade, ainda são pouco abordados no processo de formação, para alguns técnicos as abordagens ainda são desafiadoras. Na execução técnica deste Programa é algo que deve se destacar, por ser uma experiência que têm se expandido, correspondendo as atuais temáticas mundiais sobre a importância e necessidade de cuidado ao meio ambiente e novas perspectivas e olhar crítico à sustentabilidade. Junto aos desafios propostos ao profissional de Serviço Social, no ramo de obras, segue a perspectiva que se tem nos espaços de disputa de relações técnicas e competência de cada categoria, é comum que se entenda que o Assistente Social, ainda é alguém coadjuvante e que exerce um papel secundário, no entanto no desenrolar das atividades de convencimento de aceite de entrada nas Comunidades, a elaboração de estratégias técnicas a negociação direta com o terceiro setor e demais poderes paralelos, ficando sob a responsabilidade destes profissionais.

As crises quanto ao tripe que sustenta as ações profissionais que versam sobre o projeto ético e político da profissão, foram muitas das vezes confrontados, quando o profissional compreende sua prática como utilitarista ao formato e concepções de sociedade, que nega que as pessoas assistidas pela política pública se percebam nas complexidades que envolvem o “simples direito” do acesso a água regularizada.

Nos avanços da formação em Serviço Social, perceber o cenário que aborda os temas da Sustentabilidade proporciona a compreensão da importância de políticas e programas que conscientizem e eduquem a população sobre os impactos que o sistema atual causa no meio ambiente e, principalmente em maior escala na população que está nos contextos de alta vulnerabilidade social. Observa-se que o avanço das problemáticas ambientais são expressões da questão social e que aspectos de qualidade de vida da sociedade dependem de ações políticas em relação aos serviços socioambientais, como saneamento básico, moradia,

alimentação, educação, entre outros, que como já citado acima, é um direito de todos.

Na ordem do dia está combater de forma efetiva à miséria, às desigualdades sociais e aos autoritarismos estatais, mas também para a garantia de uma sociedade justa e igualitária, que não comprometa o futuro das gerações vindouras. Sabe-se que a tarefa é um grande desafio, porém, não impossível.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio. Reconstruindo uma história esquecida: Origem e expansão inicial das favelas do Rio. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994. *In*: PASTERNAK, S. São Paulo e suas favelas. **PosFAUUSP**, [S. l.], n. 19, p. 176-197, 2006. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i19p176-197. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43470>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- ALVES, Márcia Oliveira. Redução da pobreza e da exclusão social sob a ótica do Banco Mundial, da CEPAL e da ONU (PND e agenda 2030). **REGRAD, UNIVEM/Marília-SP**, v. 13, n. 3, p 92-102, ago. 2020.

CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun., 2002.

GONÇALVES, Ms Gabriel Alexandre; CARVALHAL, Marcelo D. **As estratégias de privatização da SABESP entre os anos de 1995-2002**: elementos para uma reflexão do processo de financeirização da empresa e suas implicações territoriais. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA174_ID123515092021112748.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 715-736, out./dez, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2006.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução: Celia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 230p.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. v. 5, São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

OLIVEIRA, Ana Cláudia L. C.. **Plano de gestão ambiental social e de obras**. SABESP. 2021. 48p. Disponível em: https://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/saneamento_sustentavel/PGSA_Itaquera_site_LGPD.pdf Acesso em: 10 dez. 2022.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2018, v. 23, n. 7, pp. 2187-2196. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pkYXTJMMYGzKx5cSCDWyqdg/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 19 dez. 2022.

PRATES, Jane; FERNANDES, Idília. **A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise dos dados**. Campinas: Papel Social, 2016.

REDE Nossa São Paulo (RNSP). **Mapa da Desigualdade**. 2022. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Mapas.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

SWYNGEDOUW, Erik. Privatizando o H2O: transformando águas locais em

dinheiro global. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 33-33, 2004. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/103>. Acesso em: 17 set. 2022.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos. **Cadernos Metr pole** . n. 5, 2001. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art_2001_Favelas_Sao_Paulo.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela: Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005. *In*: PASTERNAK, S. São Paulo e suas favelas. **PosFAUUSP**, [S. l.], n. 19, p. 176-197, 2006. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i19p176-197. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43470>. Acesso em: 20 dez. 2022.

YAZBECK, M. C. (Org.) Projeto de revisão curricular da Faculdade de serviço social/PUC-SP. 1984. *In*: IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2006.